



economia - Brasil

Conjugar crescimento e estabilidade monetária

“Não chegaremos a lugar algum com as atuais metas de contenção do crescimento.” Por *Antonio Dias Leite*

O governo está preso, no domínio econômico, à camisa de força que em si mesmo vestiu, durante a batalha da estabilização.

Apar do sucesso na estabilização monetária, restou a herança negativa do desequilíbrio da balança comercial e do endividamento, tanto externo como interno. Ambos nos preocupam porque deles resulta a nossa fragilidade financeira.

Todo o arcabouço pacientemente montado, não sem graves acidentes de percurso, se fundamentava em visão de curto prazo que se justificava diante das sucessivas crises externas que nos atingiram e que requereram do nosso Banco Central assumir responsabilidades maiores do que normalmente lhe seriam atribuídas. Cumpriria, agora, redefinir tudo com visão de longo prazo, mas nos conformamos com crescimento medíocre para um país subdesenvolvido.

A economia nacional dá sinais nítidos de que quer crescer. Existem condições positivas para que isso aconteça, mas existem obstáculos para cuja remoção o governo pode e deve ter papel relevante. Ele deve conservar instrumentos de ação direta dotados de poder de fogo para interferir com eficácia.

Além disso, e sem pensar em retorno ao planejamento centralizado de época anterior, torna-se indispensável e urgente propor uma estratégia nacional. Ideal seria que ocorresse amplo debate que resultasse na definição do rumo no qual se pretende impulsionar o deslocamento do país no concerto das nações, com vistas também a preservar os resultados do penoso processo de modernização.

Temos que construir o nosso próprio caminho, mesmo que se procure absorver das nações industrializadas o máximo da sua experiência bem-sucedida. A nossa economia de mercado não pode ser uma repetição de tudo que lá se faz. Necessitamos de pelo menos 15 anos de forte crescimento econômico para chegarmos na soleira da porta de entrada no mundo dos ricos. Não cabe também imitar os Bancos Centrais da Europa e EUA, onde a estabilidade monetária é um ponto final, sem qualificações, aceitável na comunidade de países ricos que não precisa crescer.

Mas mesmo entre os ricos e, com mais forte razão, entre os países situados em categorias inferiores de renda per capita, há que distinguir entre mito e realidade, no que se refere às relações entre crescimento e estabilidade. Volto às estatísticas do Banco Mundial, relativas ao período 1990/98, simplificadas com a eliminação dos países de menos de 4 milhões de habitantes e de PIB inferior a US\$ 4 bilhões, bem como os que tiveram inflações explosivas. Nos 70 países re-

manescentes, apresenta-se o quadro 1 (veja tabela abaixo), de ritmos de crescimento e inflação.

Conter a inflação abaixo do crescimento é privilégio de alguns países ricos e dos que estão chegando lá. Nessas quatro categorias de países, a inflação média foi sempre superior ao crescimento, e de forma acentuada, quando se passa dos mais ricos para os mais pobres. Quanto ao ritmo de crescimento mais forte, acima de 5%, apenas 19 países o superaram, sendo 5 com inflação inferior e 14, superior.

Não parece ser tão impossível crescer, mas no nosso caso estamos empacados, voluntariamente nos 4%. Isso se deve às estritas metas de inflação e de outros parâmetros da política monetária de curto prazo, aos quais se associam a dificuldade material, resultante da insuficiente capacidade de oferta de energia elétrica, fator restritivo por excelência, e a vulnerabilidade financeira decorrente do déficit em conta corrente nas nossas transações internacionais.

Congelamos metas de inflação em níveis europeus. Mas não somos europeus. Tivemos, inclusive,

A expansão há de ser feita com ênfase na exportação para evitar o déficit comercial causado pela importação

a veleidade de estendê-las para o Mercosul. Vejo, no entanto, uma transição possível. Na falta de proposta criativa da administração, aventuro-me a fazer uma proposição que se baseia no reconhecimento da inevitável pressão inflacionária que deve ocorrer no início de um processo de retomada de crescimento até que se estabeleçam os círculos virtuosos:

- 1) ...+ produção + poupança + investimentos em produção + produção + ...
- 2) ...+ produção + receita + saldo nas contas públicas - dívida - juros + saldos + ...

É quase consensual que a expansão há que ser feita com ênfase

nas exportações para evitar o aumento do déficit comercial provocado pelo aumento das importações, que têm que ser contidas. Na prática, isso só pode ser feito através de intervenção direta do governo, desafiando slogans em moda.

Do desdobramento de uma estratégia a ser definida, resultariam as metas do crescimento mínimo, como objetivo nacional, e as metas de inflação máxima, condizentes com as primeiras, com faixa de tolerância, da ordem de 1 a 2%.

Apresentação numérica permitirá melhor avaliação do que se está propondo. Para a atual situação, com crescimento da ordem de 4%, os limites para a inflação seriam 3 e 5%. Se o crescimento caísse para 2%, os limites seriam 1 e 3% — muito próximos dos números europeus.

Suponhamos que as sondagens e análises autorizem a definição de metas crescentes de crescimento até chegarmos a um patamar aceitável e verossímil, de 7%, que já superamos durante 30 anos. Alcançada a velocidade de cruzeiro desejada, as metas de inflação tornariam a decrescer, na medida do possível (veja quadro 2, abaixo).

Esse caminho não requer modificação substancial da organização do BC, que terá apenas que adaptar os seus modelos operacionais e ampliar a sua rede de informações e contatos para acompanhar, de perto, o crescimento da economia, dando também mais atenção aos empresários e trabalhadores do setor produtivo.

Seria desatada, por essa via, uma das amarras que contém a arrancada para um novo ciclo de desenvolvimento. Sabe-se não ser suficiente adotar metas compatíveis de crescimento elevado e inflação sob controle, pois se requer simultânea e drástica supressão de obstáculos, com destaque para a redução do déficit externo em conta corrente. Mas não chegaremos a lugar algum com as atuais metas de contenção do crescimento.

Antonio Dias Leite, ex-ministro das Minas e Energia, é professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ritmos comparados de crescimento e inflação

Período de 1990 a 1998, em 70 países

Renda per capita (US\$ mil)	Acima de 20	5/20	2/5	Abaixo de 2	Total
Número de países	17	7	13	33	70
Crescimento maior que inflação	10	4	2	1	13
Inflação maior que crescimento	7	3	11	32	57
Crescimento médio	2,2	3,8	4,0	4,4	—
Inflação média	3,4	5,9	18,4	16,2	—

Metas de inflação e resultados de crescimento econômico no Brasil

Estimativas até 2004

	2001	2002	2003	2004
Crescimento mínimo	5%	6%	7%	7%
Inflação mínima/máxima	4/5%	5/7%	6/8%	5/7%

Fonte: Quadro 1 - Banco Mundial, quadro 2 - dados do autor

16 ABR 2001